

TEMA EM DISCUSSÃO: *Formar profissionais*

NOSSA OPINIÃO

## Questão de base

O mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais exigente em suas contratações. Se, antes, pedia-se primeiro grau para certas ocupações (e às vezes nem isso), a tendência agora é pedir todo o ciclo fundamental (e, em muitos casos, segundo grau completo). É uma tendência mundial, da qual o Brasil não está isento.

A qualificação pode ser setorial. O chamado Sistema S (Sesi, Sesc, Senai) tem desempenhado um papel de destaque na formação de trabalhadores cuja história profissional não passa pela universidade. Neste sentido, merece todo apoio.

Nenhum movimento de qualificação, entretanto, pode fugir do desafio que o país, até agora, não quis enfrentar concretamente: o da educação de base. Esta é a tecla que precisa ser ferida incansavelmente. Por dois motivos: o primeiro sendo o de que por esse caminho é que países relativamente atrasados deram finalmente o seu salto qualitativo.

Segundo: por uma questão ele-

mentar de justiça social. Quando se fala em qualificação e profissionalização, normalmente estamos nos referindo aos que tiveram a sorte de galgar as primeiras etapas da ascensão social; já furaram a brecha da marginalidade, do abandono completo, ou da falta de horizontes.

Mas, ainda agora, uma quantidade excessiva de crianças está sujeita a todos aqueles riscos. Crianças para quem a escola não oferece um mínimo de educação; que às vezes passam de ano por um processo destinado a evitar o colapso logo nas primeiras séries. Mas esse avanço artificial logo a seguir revela a sua verdadeira natureza: a educação não "entra" na criança; ela é "marginal" ainda dentro da escola. E, a partir desse quadro, pode simplesmente engrossar a estatística ameaçadora da evasão escolar. A criança abandona a escola por si mesma; ou seus responsáveis consideram que ela não dá mesmo para o estudo, e precisa trabalhar no reforço do orçamento doméstico.

Este é o desafio brasileiro, até agora, sem resposta.

O Brasil está  
diante de um  
desafio  
básico, não  
respondido

OPINIÃO

## Irreparável

Não adianta tentar aplicar panos quentes sobre o ocorrido: a Bolívia, ou melhor, o governo do presidente Evo Morales, não quer mais empresas estrangeiras produzindo petróleo e gás em seu território. A Petrobras entendeu rapidamente a mensagem e, sem qualquer subterfúgio, "congelou" o volume de gás que será importado da Bolívia ao atual limite da capacidade de transporte do gasoduto que liga os dois países. Todos os planos para aumento de produção, que viabilizaria um maior volume de importação, foram suspensos.

Quando o Brasil construiu o gasoduto, nem sequer havia na Bolívia reservas de gás suficientes para utilizá-lo integralmente. A Petrobras é que descobriu os campos supridores, no sul da Bolívia, e ainda investiu na recuperação das refinarias para processar os líquidos associados à extração do gás.

Com a elevação dos impostos para 82% sobre a produção de gás, novos investimentos ficaram inviáveis e, assim, nem a Petrobras e nem qualquer outra empresa estrangeira estarão dispostas a explorar novos campos.

Com o mercado brasileiro limitado à capacidade atual do gasoduto, a Bolívia, além de ter de investir por conta própria na busca de novas reservas de hidrocarbonetos, precisará investir também na construção de gasodutos. E, a partir da decisão de Evo Morales, é pouco provável que a Argentina, por exemplo, aventure-se a fazer uma parceria com a Bolívia, em vez de investir na exploração em seu próprio território.

A Bolívia não  
vai encontrar  
quem lhe dê  
vantagens  
comparáveis

A Bolívia, graças à insensata política de seu presidente, está perdendo um grande parceiro, e dificilmente encontrará no continente outro país que faça tantas concessões como as que obteve do Brasil. Ilude-se Evo Morales se espera ajuda de Fidel Castro ou de Hugo Chávez.

Cuba, que o presidente boliviano cita como modelo de desenvolvimento econômico, vive à mingua e sem perspectivas. E seu colega venezuelano está mais para o discurso populista do que para ações práticas — não é por acaso que a infra-estrutura na Venezuela está cada vez mais deixando a desejar.

Evo Morales optou por distanciar a Bolívia do Brasil. O mal que está fazendo a seu próprio país talvez seja irreparável.

## Em boa hora

Em 23 de fevereiro deste ano, voltou a valer a regra de progressão do regime penal pela qual criminosos sentenciados podem ser libertados depois de cumprir apenas um terço da pena, mesmo que tenham cometido crimes hediondos. Foi resultado de decisão do Supremo Tribunal Federal.

O dispositivo central da Lei de Crimes Hediondos, de 1990, que previa cumprimento integral da pena em regime fechado, foi assim revogado, voltando-se à situação em que criminosos de alta periculosidade, que tenham sido condenados, por exemplo, a 18 anos de cadeia, podem ficar livres em questão de três anos. Exatamente o caso do esturpador de crianças que recebeu habeas corpus do STF.

Nesse quadro, é mais do que bem-vinda a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, do projeto que aumenta o período de um terço para metade da pena, em caso de réus primários, e dois terços para os reincidentes.

Aprovado em caráter terminativo, o projeto vai agora para a Câmara, onde se espera que tenha rápida votação e aprovação.

É certo que o texto não conta com aprovação unânime: há quem prefira graduar o benefício conforme o tipo de crime, fazendo distinção entre um e outro crime, mesmo dentro da classificação de hediondo.

Seja como for, inegável é que a leniência da legislação hoje em vigor trouxe de volta um eficaz estímulo ao crime. É comum que as piores atrocidades sejam cometidas por marginais que já tenham sido presos, até mais de uma vez.

Elias Maluco, é bom lembrar, estava em liberdade, gozando precisamente do benefício da progressão penal, quando assassinou o jornalista Tim Lopes.

Há também quem recele agravamento do problema da superlotação dos presídios, se

transformado o novo projeto em lei. De fato, algo precisa ser feito a respeito e com urgência — mas a solução evidente está em construir mais presídios, adotar penas alternativas para autores de pequenos furtos e assim por diante, e não pôr em liberdade os piores bandidos.

A CCJ agiu bem ao corrigir a situação criada por uma decisão equivocada. Espera-se dos deputados que completem a tarefa.

A leniência da legislação hoje em vigor é um eficaz estímulo ao crime

TEMA EM DISCUSSÃO: *Bem-estar social*

NOSSA OPINIÃO

## No rumo da ilusão

Se em condições de crescer mais depressa, em função da insuficiência de investimentos que viabilizem a expansão da capacidade produtiva do país, o Brasil vem tentando reduzir suas desigualdades sociais por meio de programas de transferência para as famílias de baixa renda. Esforços têm sido feitos para universalizar a educação e atacar problemas de saúde crônicos decorrentes da pobreza.

Alguns avanços foram efetivamente obtidos, com redução relativa e absoluta da miséria e da pobreza, além da melhora dos índices que medem a desigualdade social.

No entanto, como para garantir a existência desses programas, o estado brasileiro insiste no gigantismo, com estruturas pesadas que absorvem parcelas significativas dos recursos públicos.

Percentualmente, em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), o que o Brasil investe nas áreas sociais, como educação e saúde, não são valores desprezíveis. Mas o resultado final fica muito a desejar.

Depois das reformas dos anos 90, que se concentraram na quebra de monopólios estatais, no saneamento de bancos públicos e na privatização de companhias quase paralisadas pela falta de investimentos, era de esperar que elas viessem abranger outras áreas de atuação do setor público. Porém, isso não ocorreu, e o país continua às voltas com déficits estruturais nas contas públicas que exigem como contrapartida uma carga tributária distorcida e inibidora da atividade econômica.

Nesse quadro, o país acabará chegando a um ponto em que mesmo os avanços conseguidos com programas de transferência de renda se tornarão imperceptíveis, e passaremos a ter uma estratificação social engessada. Os pobres precisarão se contentar com as mesadas que lhes são repassadas pelo estado, já que não surgirão oportunidades em número suficiente para que a maioria consiga ascender socialmente. É por isso que, mesmo em países considerados desenvolvidos, fala-se em diminuir o peso e o tamanho do Estado.

Diminuir o tamanho do Estado é hoje quase um lugar-comum

Domingo, 7 de maio de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

## Herança perdida

O Brasil já teve respeitável tradição diplomática. Depois dos sucessos de Rio Branco, no século XIX, que construiu as nossas fronteiras sem disparar um tiro, essa tradição refletia-se na vida e na formação dos diplomatas brasileiros. Era, antes de mais nada, uma formação de bom nível. De algum modo, traduzia um estilo brasileiro de fazer as coisas — infenso à retórica, tendendo à conciliação. Entre esse estilo e o que o presidente Lula acaba de aplicar ao caso boliviano, há uma diferença que chega a ser difícil de medir.

O Brasil sabia marcar presença no continente — o que não era difícil, porque partia-se de uma realidade imponente. Não é só que fôssemos fisicamente maiores: também tínhamos uma vida política mais estruturada — e isso desde os tempos da formação como país independente. O Império brasileiro, com a sua majestosa estabilidade, fez contraste com o desfile de tiranos e tiranetes que perturbaram a vida da América espanhola.

Por conta disso, e também por causa da língua, criou-se uma certa distância entre o Brasil e nossos vizinhos de continente. Distância que começou a ser superada através de trabalhos competentes como o da instauração do Mercosul.

Mas há diferenças que subsistem — como gostos diferentes por estilos de retórica. A tradição brasileira sempre foi mais discreta; sempre fugiu de uma discurseria oca que tem amplo curso na América espanhola. De repente, da maneira mais estranha, é a diplomacia brasileira que se torna tributária da outra — ou das outras.

A América espanhola tem queixas imemorais contra a sua própria história; ressentimentos, ali, estão à flor da pele. Há também a realidade de países que não con-

seguem engrenar uma vida política normal. Pelos mais variados motivos, sofrem com isso a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Equador, a Venezuela — e a própria Argentina tem problemas enormes.

Esse fato, aliado ao sangue castelhano, produziu sempre retóricas estridentes, de que o Brasil sabia manter-se à margem. Mas agora, é a "outra" diplomacia que dá as cartas — a diplomacia do berro, das propostas megalômanas envolvidas em legendas "bolivarianas" — e, já agora, da truculência pura e simples. Não por acaso, figuras como o presidente Morales gravitam para a órbita do coronel Chávez, e não para a linha brasileira. Essas diferenças tendem a durar muito, por mais que se possa fazer um esforço para desbastá-las.

O estilo  
brasileiro  
sempre fugiu  
da discurseria  
vazia

Chávez, e não para a linha brasileira. Essas diferenças tendem a durar muito, por mais que se possa fazer um esforço para desbastá-las. O estranho, no caso, é que o país com o maior peso político e econômico da região entre na órbita dos outros; passe a falar uma espécie de "língua comum" que vem dos Andes, e não das nossas tradições políticas e diplomáticas.

O sonho da unidade continental não precisa ser pura quimera. Pode-se trabalhar neste sentido. Mas manda a boa diplomacia que se ponha sempre a realidade na frente dos sonhos, ou dos discursos — e que se culde da honra e dos interesses nacionais.

O Brasil não fez isso agora, por razões já bastante lembradas. Em consequência disso, assume posição subalterna nos foros regionais. A título de entender os problemas de um país mais pobre, deixa-se desfilar em público; deixa que se fale mal de uma empresa que sempre representou bem o nosso país, e que não tem exatamente uma história de pirataria na sua relação com outros países.

É compreensão demais das aspirações dos outros; e de menos da nossa própria História.

Domingo, 7 de maio de 2006

O GLOBO

## Fé e política

Comentando o conflito cada vez maior entre o Irã e o Ocidente em torno da tecnologia nuclear, escreve o colunista do "Washington Post" David Ignatius: "Como resolver um confronto com um adversário que parece não ser capaz ou não ter vontade de negociar?" E ele sugere a resposta: "Para um regime teocrático que se diz guiado por Deus, a própria ideia de compromisso é um anátema."

Declarações incendiárias do Irã sobre a necessidade de destruir Israel lembram uma retórica que vem dos tempos de Nasser, mas que depois foi sendo abandonada pelo mundo árabe, por não condizer com a realidade. Agora ela está sendo reabilitada

pelo Irã. O que se vê, no episódio, é mais uma vez o inconveniente de se misturar religião e política. A religião trata do absoluto. A política, por definição, é o território do relativo.

Depois de muito sangue derramado pelas guerras de religião, o Ocidente moderno acabou adotando o princípio da laicização da política. Mas a nossa época é tão estranha que esse princípio vem recuando em terrenos onde ele parecia bem estabelecido.

Nos Estados Unidos do presidente Bush, viu-se o fundamentalismo religioso infiltrar-se até o coração da Casa Branca. E o Partido Republicano está sofrendo a mesma influência. Maus precedentes para um eventual teste de força entre o Irã e os EUA.

TEMA EM DISCUSSÃO: *Atendimento no INSS*

NOSSA OPINIÃO

## Filas eternas

Entre as promessas não cumpridas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seu eleitorado — e por extensão aos brasileiros em geral — está o fim das filas no INSS. E entre as declarações mais infelizes do seu governo está a do ministro da Previdência, Nelson Machado, de que uma das dificuldades para acabar com as filas, ou reduzi-las a dimensões menos humilhantes, é uma espécie de resistência cultural dos brasileiros.

Agilizar o atendimento, segundo o presidente Lula, estaria dentro de um plano geral do seu governo para dar dignidade aos cidadãos. Até data ele estabeleceu para o fim da tortura a que multidões de brasileiros são submetidos diariamente diante dos postos do INSS país afora. "A partir de março, começo de abril," disse Lula no fim do ano passado. "Podem me cobrar."

O presidente não precisava ter fixado prazo tão curto. Seria impossível eliminar em tão pouco tempo uma das mais antigas mazelas do serviço público — o mau atendimento. O resultado prático

da declaração de Lula foi torná-lo refém da própria palavra.

O ministro da Previdência também tem sido pouco inspirado nas explicações e sugestões. Sua recomendação para que as pessoas procurem ir às agências à tarde, e não de manhã, não resiste ao teste mais simples: como se sabe, muitos postos deixam de

atender mais cedo do que deveriam.

Numa conversa com repórteres que lhe recordaram a promessa presidencial, o ministro tentou explicar, didaticamente, que as filas são uma forma de organizar o processo de trabalho, citando o exemplo das filas de cinema, que nunca deixarão de existir.

Obviamente, não é esse o sentido da cobrança. Ninguém pede ao governo que acabe com a fila como instituição. O que se espera é que, com a racionalização do atendimento e a diminuição da burocracia, as filas do INSS andem pelo menos tão depressa como as dos cinemas. E que ninguém precise acordar de madrugada, ou dormir na fila, para receber uma senha — e ser mandado para outra fila.

As filas  
continuam a  
martirizar o  
contribuinte  
do INSS

OPINIAO

## Caminho indicado

Não se podia prever que depois da entrevista de Roberto Jefferson à "Folha de S.Paulo" algum outro personagem do escândalo do mensalão falaria à imprensa para confirmar o caso e ainda revelar detalhes dessa conspiração político-eleitoral engendrada entre o PT e o publicitário mineiro, financista e traficante de influências Marcos Valério. Mas aconteceu, com as revelações feitas ao GLOBO pelo ex-secretário-geral do partido, Sílvio Pereira, o único do grupo de militantes petistas atingidos pelo escândalo a ser forçado a abandonar a legenda, sob ameaça de expulsão, iniciativa tomada pelo partido depois de confirmado o presente de luxo que o secretário-geral recebera de um empreiteiro da Petrobras.

Antes de cair em desgraça a bordo do jipe Land Rover pago pela GDK, Sílvio era o "Silvinho" todo-poderoso, das nomeações apadrinhadas em empresas públicas e autarquias federais. Junto com o tesoureiro Delúbio Soares, era frequentador assíduo do gabinete do ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil. Com essas credenciais, o ex-secretário-geral revelou que a meta do esquema era montar um caixa de R\$ 1

bilhão, basicamente a partir da venda de facilidades no desfecho da liquidação de bancos e de embates empresariais no ramo da telefonia, além de uma não explicada manobra com dívidas agrárias. Felizmente, a virtual autonomia com que opera o Banco Central impediu o golpe contra o erário — pois não há dúvida que o Tesouro sempre é o agente pagador dessas falcaturas.

Um dos 40 denunciados à Justiça pelo Ministério Público, Sílvio Pereira pode ter sido movido por várias razões ao falar ao jornal. Não importa.

Trata-se agora de o Congresso, por meio da CPI dos Bingos, que já o convocou, ajustar o foco nas revelações do ex-secretário petista, e o MP federal aproveitar para ir ainda mais a fundo nas investigações dessa "sofisticada organização criminosa". A entrevista deu ainda mais sustentação à denúncia feita pelo procurador Antônio Fernando de Souza.

Os fatos relatados por Sílvio, porém, não justificam qualquer pedido de impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como bem entendeu a OAB. Apostar nessa via traumática é contribuir para o desnecessário aumento das tensões no processo eleitoral. O melhor a fazer é exumar todo o escândalo.

Entrevista de  
Sílvio Pereira  
não justifica  
impedimento  
do presidente

## Disputa infrutífera

**A**ta da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) causou algum ruído no mercado e jogou um pouco de água fria na expectativa de redução mais acelerada nas taxas de juros nos próximos meses. O Banco Central, com razão, manifestou preocupação com a manutenção das cotações internacionais do petróleo em patamar elevado, o que pode provocar pressões inflacionárias na economia mundial — e uma reação de política monetária restritiva por parte de seus congêneres nos países desenvolvidos.

Esse quadro pode ser agravado regionalmente com a crise desencadeada pela Bolívia, que pretende impor ao Brasil um reajuste substancial no gás natural que exporta.

Pelo comportamento recente dos índices de preços, é muito provável que a inflação em 2006 fique dentro da meta estabelecida para o ano (cujo ponto central é 4,5%). O desafio agora se volta para 2007 e para tal é de extrema importância que a política fiscal dê sua contribuição. Além do superávit primário equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), os gastos públicos têm de ser controlados para que não continuem aumen-

tando aceleradamente. É preciso haver sintonia entre as políticas fiscal e monetária.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem sido crítico dos juros altos estabelecidos pelo Banco Central. Tal crítica é compartilhada por outros reconhecidos economistas, e, sem dúvida, trata-se de um debate saudável.

No entanto, não cabe ao ministro determinar o nível da taxa de

juros, pressionar o BC. A responsabilidade é exclusiva do Banco Central, que tem nas mãos o mais poderoso instrumento para conter a inflação nos limites definidos pelo Conselho Monetário. Há uma tendência clara de redução das taxas de juros, que pode ser suavizada ou não dependendo das expectativas em relação ao

comportamento dos índices de preços daqui para frente.

No debate dentro do governo, a opinião do ministro Guido Mantega é relevante, mas será um erro se sua discordância quanto às taxas de juros se transformar em alguma disputa política que leve ao desgaste do Banco Central. Um embate desse tipo é infrutífero e só fará com que os juros se mantenham altos, por tornar nebuloso o horizonte da economia.

É incabível  
qualquer  
pressão do  
ministro  
sobre o BC

OPINIÃO

## Rever políticas

**O**surto de populismo e o salto em direção ao passado nacional-estatista em curso na Bolívia não provocam avarias sérias apenas na diplomacia do governo Lula, construída com fé de fundamentalista em torno do frágil princípio da solidariedade entre irmãos latino-americanos. Nem tampouco se esgotam nas dificuldades da Petrobras, que mal acabara de comemorar a auto-suficiência em petróleo para se ver em apuros, assim como o país, por causa da dependência do gás boliviano. As repercussões da crise são mais amplas e afetam a estratégia nacional na área energética, a ser repensada com urgência.

A "nacionalização" do setor de hidrocarbonetos pelos bolivianos, contra os interesses

brasileiros, coincide com uma fase de rápida expansão do consumo de gás. Ainda com uma modesta participação na matriz energética (8,9%, dado de 2004), estimava-se que o combustível atingiria quase 15% em 2010, firmando-se como a segunda fonte de energia mais importante, superada apenas por derivados de petróleo.

Esse cenário passou a ser incerto. Ou não é prudente imaginar que deva ser mantida uma dependên-

cia tão grande do gás da Bolívia: dos 50 milhões de metros cúbicos consumidos diariamente, cerca da metade vem do subsolo boliviano.

Reduzir essas importações por uma questão de segurança nacional — princípio acima de qualquer afinidade ideológica entre inquilinos do Palácio do Planalto e governantes vizinhos — passa por ações em várias áreas. A mais evidente é a aceleração dos investimentos da

Petrobras e associados na exploração de gás na Bacia de Santos e na procura de novas reservas, enquanto se apresam projetos de gasodutos para a utilização produtiva dos 15 milhões de metros cúbicos queimados diariamente no país por falta de escoamento.

É preciso, também, acabar de vez com o preconceito contra a

energia nuclear e se construir Angra III, bem como resolver os problemas regulatórios para capitais privados voltarem a investir em novas hidrelétricas. Isso para eliminar o risco de um dia as termelétricas movidas a gás terem de ser convertidas a óleo combustível ou simplesmente não funcionarem.

O curto-circuito energético causado pelo boliviano Evo Morales exige do país muito mais do que palavrório.

Crise do gás  
boliviano  
exige do país  
bem mais do  
que palavrório

## Bush emparedado

**M**albaratado o capital político do 11 de Setembro por segundas demonstrações de inaptidão administrativa, o presidente George W. Bush está fazendo um esforço louvável para recuperar o prestígio — mais que isso, para salvar um governo derrotado ou desalentado em quase todas as frentes de batalha.

As substituições anunciadas nos últimos dias, insuficientes ou pouco inspiradas — por ora caiu o assessor de imprensa e o todo-poderoso Karl Rove perdeu espaço — fazem supor que existe pelo menos a intenção de mudar.

Interessa ao mundo inteiro que um Bush aciuado por baixos índices de popularidade e debilitado pelos próprios erros recupere a força e a dignidade do cargo que ocupa. É importante para todos que o líder da superpotência se livre da síndrome do *lame duck*, a fraqueza política e a perda do poder de barganha que costumam acometer presidentes em fim de mandato — sobretudo nos Estados Unidos — e que ameaçam desabilitá-lo a três anos do término de sua presidência.

É difícil agradar a todos, mas Bush tem demonstrado um talen-

to especial para a nomeação política. A escolha do brigadeiro Michael Hayden para dirigir a CIA, por exemplo, provocou críticas até entre os correligionários republicanos. Não é para menos: um militar na CIA dá a impressão de que o Pentágono quer controlar também uma agência de informações tradicionalmente comandada por civis — por mais que o secretário de Defesa, Donald

Rumsfeld, diga que não. A propósito, Rumsfeld e o vice-presidente, Dick Cheney, os grandes responsáveis pelo desgaste do governo Bush, não devem ser substituídos tão cedo.

Para citar dois casos urgentes, o presidente precisa de apoio interno para sair do Iraque, sem que a retirada caracterize uma nova derrota militar americana. Essa base sólida também lhe é indispensável para comandar a reação internacional ao desafio das ambições nucleares do Irã — sobretudo agora, que Tony Blair, seu principal aliado, também corre o risco de sair de cena.

Um presidente *lame duck* limita enormemente a capacidade de atuação dos EUA — o que põe em risco a estabilidade de regiões vitais do planeta.

Não interessa  
ao mundo um  
presidente  
americano  
sem força

### OPINIÃO

## Pedagogia política

**O** depoimento à Polícia Federal da assessora especial do Ministério da Saúde Marla da Penha Lino, mesmo que deva ser encarado com cautela até as devidas comprovações, degrada ainda mais a imagem de um Congresso já bastante desgastado por uma sucessão de fatos deploráveis. A começar pela eleição de Severino Cavalcanti, o rei do baixo clero, para a presidência da Câmara, um crime contra o Poder Legislativo cometido em sociedade entre situação e oposição. Logo em seguida veio a descoberta do esquema de compra de apoios ao governo no plenário da Câmara eleituada com o farto dinheiro administrado por Marcos Valério em parceria com o PT, e arrecadado a partir do aparelhamento da máquina pública empreendido pelo partido.

Para agravar os efeitos desse atentado contra a moralidade pública, vieram os inconcebíveis desdobramentos do escândalo, com o plenário da Câmara agindo de forma despuddorada para livrar da cassação vários mensaleiros graduados.

Agora, surge a denúncia da assessora, feita em troca de redução de pena, de que 170 deputados — um terço da Câmara — e um senador incorporaram o espírito dos anos do Orçamento para dividir o butim da pilhagem dos cofres públicos executada por uma quadrilha de fraudadores de concorrências. Reforça-se, portanto, a perigosa visão de que todo político é corrupto e de que o Congresso é descartável. Fragilizam-se as instituições e a democracia representativa.

Pode ser que a percepção de que há uma grave epidemia de corrupção no país derive de uma maior ação da Polícia Federal e

do Ministério Público. Os assaltos aos cofres públicos sempre existiram, apenas estariam agora sendo descobertos e revelados. É possível. Mesmo verdadeira, essa constatação não protege as instituições. Só a ação continuada de investigação e repressão à corrupção, com as devidas reformulações de leis, conseguirá reverter o crescente e compreensível descrédito no poder público.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, está certo em se preocupar com a honra de deputados atingidos pela divulgação açodada, pela Polícia Federal, da lista de suspeitos. Melhor fará se agir com rigor para cumprir a promessa de não proteger qualquer parlamentar ligado à quadrilha — a mesma postura deveria assumir Renan Calheiros, presidente do Senado.

Eleitor tem  
de ajudar no  
saneamento  
da vida  
pública

Nun dos piores momentos da sua história recente, o Congresso tem uma oportunidade preciosa para provar que o espírito público ainda é cultivado na Casa como um valor acima do corporativismo e do compadrio.

O eleitor também precisa contribuir para aperfeiçoar o Poder Legislativo. A rigor, ele é o único capaz de sanear o Congresso e casas legislativas em geral com a mais simples e eficaz das armas da democracia: o voto. Cada escândalo desses tem um forte conteúdo pedagógico a ser metabolizado pelos eleitores para que nas próximas urnas façam uma boa escolha de candidatos.

Pelo menos, vârtos nomes de políticos que têm de ser aliados da vida pública em outubro serão conhecidos. Bastaão consultas aos jornais e a listas que deverão circular na Internet. Será meio caminho andado.

## Vão seguro

**P**elo que a Varig, com seus quase 80 anos de história, representa, pelo papel que desempenha num setor estratégico e sobretudo pela necessidade de que seja mantida a concorrência na aviação comercial brasileira, é bem-vindo o entendimento a que anunciam ter chegado credores, acionistas, funcionários e consultores da empresa, para preservar a sua existência. A proposta recém-aprovada em assembleia, que prevê a venda da Varig em leilão dentro de 60 dias, aparenta ser a solução para os problemas que afligem a companhia.

É preciso ficar bem entendido que o financiamento que o BNDES deve conceder, com o propósito de permitir à empresa manter suas operações e atender a seus compromissos até que seja vendida, é um empréstimo regular, a ser saldado pelo comprador, e co-

mo tal exige garantias reais.

Por mais saudável e oportuno que seja, o esforço para salvar a Varig não pode de forma alguma implicar dispêndio de dinheiro público a fundo perdido. Foi-se a época das operações de salvamento por um BNDES que chegou a ser apelidado de "hospital de empresas", sendo a conta sempre repassada ao contribuinte. Essa antiga cultura de socialização de prejuízos precisa continuar esquecida no passado.

A preservação da Varig, nos termos anunciados, será também uma confirmação do acerto da nova Lei de Falências, voltada essencialmente para pagar aos credores mediante a recuperação das empresas devedoras — processo sempre preferível, pelo que representa de manutenção de empregos e de geração de renda, à simples liquidação para saldar dívidas.

### OPINIÃO

## Ruína diplomática

**Q**uando entrar hoje nos salões do encontro de líderes da América Latina, Caribe e Europa, em Viena, na Áustria, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deixará de ser saudado com a pompa que o seu cargo merece. Mas a atmosfera em torno do presidente em nada deverá lembrar os tempos logo após a posse no Palácio do Planalto, quando começou a ser executada a estratégia diplomática de construir a imagem globalizada do operário que chegou lá para redimir os pobres. E não apenas os pobres brasileiros. Novidade no circuito político internacional, Lula foi personagem central no Fórum de Davos, dividindo espaço no *resort* dos Alpes suíços com nomes de primeira grandeza na esfera diplomática e dos negócios bilionários. A imprensa do Primeiro Mundo abriu-lhe generosos espaços. Provocava repercussões mesmo quando sugeria fórmulas exóticas para o combate à pobreza planetária, como a constituição de um fundo nutrido por uma taxa sobre o comércio de armas, numa ligação esdrúxula entre a vida e a indústria da morte.

Lula herdou uma agenda farta de conversações diplomáticas construída a partir da Rodada de Doha, de liberação dos mercados, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e da proposta feita ainda por George Bush pai, de constituição da Área de Livre Comércio das Américas, Alca. Demonizado pelo PT e aliados, o projeto da Alca passou a segundo plano no governo Lu-

te. Tem sido assim com Chile, Colômbia, Equador, Peru e, para espanto de Lula e companheiros, o Uruguai poderá ir pelo mesmo caminho. A intenção manifestada por Tabaré Vázquez de firmar um tratado com Bush representará a saída automática do Uruguai do Mercosul e agravará a crise em que já se encontra a aliança comercial. E como Néstor Kirchner acaba de decretar assunto de interesse nacional argentino a campanha contra o projeto uruguaio de duas fábricas de papel do outro lado do Rio Uruguai, Montevideú está cada vez mais próximo de Washington.

Entre os escombros da diplomacia de Lula para a região, emerge como líder de parte da América Latina o caudilho venezuelano Hugo Chávez, mais interessado, junto com Fidel Castro, em montar uma cabeçadeponte contra os Estados Unidos do que em ajudar a promover o efetivo desenvolvimento integrado da região. Liderança esta comprada com petrodólares, cacife que falta a Lula. Chávez mistura como ninguém diplomacia com ideologia. O governo Lula, rompendo com as boas práticas históricas do Itamaraty, fez o mesmo. Daí a derrocada de sua política externa. As lições de prudência, racionalidade e multilateralismo do Barão do Rio Branco foram engavetadas. O resultado é a crise com a Bolívia do pretenso amigo Evo Morales — incentivado por outro muito amigo, Chávez — na qual está envolvida a Petrobras e se encontra em jogo metade do abastecimento de gás do Brasil.

Sexta-feira, 12 de maio de 2006

O GLOBO

la. Em troca, Brasília, sob os novos donos do poder, executou uma ampla operação para aglutinar países emergentes e pobres e com isso aumentar o poder de barganha nos embates na OMC com o bloco dos Estados Unidos, Europa e Japão para o corte de subsídios agrícolas e a redução de barreiras tarifárias.

O surgimento do G-20, puxado por Brasil, China, Índia e África do Sul, foi um êxito da diplomacia nacional. Mas ao mesmo tempo, com o assessor especial para assuntos externos, o militante petista Marco Aurélio Garcia, Lula iniciou uma operação para projetar uma sombra de liderança sobre a América Latina. Ora colocando-se ao lado do caudilho Hugo Chávez, da Venezuela, ora apoiando abertamente candidaturas de esquerda na Bolívia (Evo Morales) e no Uruguai (Tabaré Vázquez), Lula aplainava o terreno para desfilhar como o grande líder continental.

A estratégia foi a pique. O Lula que desembarcou na Áustria enfrenta sérias dificuldades no continente, despediu-se do sonho da liderança regional incontestante e ainda corre o risco de não obter qualquer vitória relevante com o G-20 — e tudo isso sem poder recuar e retornar para valer o tema da Alca. Afinal, os Estados Unidos, diante da resistência brasileira e argentina à Alca, exercida em nome do Mercosul, têm executado com êxito a tática de isolar Buenos Aires e Brasília por meio de acordos bilaterais já fechados ou em negociação no continen-

Um diplomata experiente diagnosticou com propriedade um dos males da política externa lulista: "hiperatividade". A ânsia de lançar-se como liderança regional, também com objetivos políticos internos, estimulou animosidades, semeou desconfianças. A Argentina nunca escondeu a resistência ao desejo brasileiro de uma cadeira cativa no Conselho de Segurança da ONU. E, não sem motivos, o Brasil deixou de ser apoiado por latino-americanos para nomear o presidente do BID e o diretor-geral da OMC.

O Brasil de Lula apostou na visão esclerosada, das décadas de 60 e 70, do conflito Norte-Sul — e perdeu. Aliados no G-20 como Índia e China estão mais interessados em vender para os americanos e absorver sua tecnologia do que em se contrapor a eles. Emparedada na América Latina, a diplomacia brasileira resta, a curto prazo, trabalhar por um desfecho positivo na fase final da Rodada de Doha. Mas as perspectivas também não são promissoras, com os sinais de que os EUA não estariam mais interessados num acordo, preferindo reaproximar-se dos antigos aliados europeus, os campeões do protecionismo.

Ao comparecer ao Senado, terça-feira, o chanceler Celso Amorim revelou haver um desconforto com as posições de Chávez e Morales. Vem tarde a constatação. Pelo menos indica que ainda há alguma capacidade de análise fria no Itamaraty. Se ela será capaz de evitar mais derrotas, impossível prever.

Sábado, 13 de maio de 2006

O GLOBO

OPINIÃO

## Bom-mocismo

A vitória do líder indígena e cocaleiro nas eleições bolivianas foi comemorada com grande alegria em Brasília. Até mereceu do presidente Lula uma de suas frases superlativas: "Nem os melhores cientistas políticos podem imaginar o que Evo Morales fará na Bolívia." O presidente sabe agora que suas expectativas otimistas eram injustificadas. Lula certamente não imaginava que as promessas de campanha de Morales seriam cumpridas como estão sendo.

Não precisava ser da elite da ciência política para considerar bastante possível o cenário que agora atormenta Lula, a Petrobras, de libras esterlinas aos bolivianos. Morales, portanto, patrocinou uma farsa. No dia seguinte, ontem, Morales amenizou o discurso sobre a Petrobras. Mas ficou o alerta para o governo.

Brasília, na verdade, paga o preço de ter subordinado a política externa a visões ideológicas atrasadas, segundo as quais o mundo está dividido entre pobres e ricos e não entre nações competentes para enfrentar a concorrência na globalização, e o resto. Evo Morales é, em certa medida, produto dessa diplomacia partidária. E disso se aproveitou o caudilho venezuelano Hugo Chávez para estabelecer o eixo Caracas, La Paz e Ha-

vana, contra a verdadeira e necessária integração continental, a ser feita sem o tolhimento do livre mercado e da democracia.

Diplomacia  
ideológica  
não infunde  
respeito  
ao país

Precisa acabar esse ciclo de bom-mocismo diplomático para favorecer companheiros de ideologia em prejuízo dos interesses concretos brasileiros. Não se pede que o Brasil res-

gate a política do *big stick* de Theodore Roosevelt — mencionada pelo chanceler Celso Amorim ao se defender de forma esperta, no Senado, das cobranças de uma atitude firme diante do esbulho de que o país está sendo vítima. Amorim sabe muito bem que entre o porrete e a leniência criminosas há inúmeras alternativas a serem exploradas. Todas vistas como legítimas e legais pela comunidade internacional quando se trata de reclamar contra a ruptura unilateral de contratos.

Celso Amorim admitiu retirar o embaixador brasileiro de La Paz, num gesto de protesto. Começou, pelo visto, a perceber os enormes danos de uma diplomacia que não infunde respeito sequer a supostos amigos.

Para tirar qualquer dúvida sobre a visão de Morales do que é integração regional e parceria entre estados soberanos, o presidente da Bolívia, ao chegar para o encontro de cúpula em Viena entre latino-americanos e europeus, tachou a Petrobras de contrabandista, disse considerá-la detentora de direitos ilegais de exploração de hidrocarbonetos no seu país — com isso desautorizou as negociações que evoluíram em La Paz entre representantes da estatal e autoridades bolivianas — e ainda, de forma desrespeitosa, ressuscitou a questão da compra da região do Acre. Segundo ele, o Brasil teria pago pelas terras com "um cavalo", quando a absorção daquele área fez parte de um acordo amplo e rendeu dois milhões

## Crise demográfica

A Rússia não é o único país onde a população está diminuindo. O problema — especialmente grave em países africanos como África do Sul e Botswana, por causa da Aids, que atinge mais de 20% dos adultos — é comum também em nações do Primeiro Mundo como Alemanha e Japão e generalizado nos países da Europa Oriental.

Na Rússia, no entanto, é alarmante a velocidade com que encolhe a população. Segundo o presidente Vladimir Putin, que classifica a situação de crítica e está propondo a criação de incentivos para estimular famílias a ter mais filhos, a cada ano o país perde quase 700 mil habitantes. Hoje são cerca de 143 milhões; em 2050, a julgar pelas projeções, serão menos de 100 milhões.

Esse processo tem várias causas interligadas e decorrentes das dificuldades econômicas que se seguíram à desintegração da União Soviética: aumento da pobreza, do alcoolismo e da criminalidade, além da emigração, que espelham a perda geral de confiança no futuro.

E a queda da população tem como um de seus efeitos mais severos a criação de pressões crescentes e insuportáveis para a economia, pelo impacto sobre os déficits previdenciários, na medida em que inativos em número crescente passam a depender de um contingente cada vez menor de trabalhadores na ativa.

É um problema universal, porque, onde a população não está encolhendo, está envelhecendo. É sério equívoco imaginar que tudo não passa de uma crise temporária num país distante.

TEMA EM DISCUSSÃO: *América Latina*

NOSSA OPINIÃO

## Desacordo amplo

Nunca os dirigentes latino-americanos foram tão enfáticos e estridentes em suas declarações sobre a importância da amizade e da integração econômica como agora. Esses conceitos estão na ponta da língua de políticos populistas como Hugo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia, que neles se escudam para justificar bravatas e agressões ao bom senso e à racionalidade.

Mas raramente se viu tanto desentendimento entre as democracias latino-americanas como neste momento em que ideologias salvacionistas, supostamente de esquerda, prevalecem sobre sadios e concretos interesses nacionais.

É como se os responsáveis pela condução dos destinos da região tivessem feito um acordo insensato para subverter a regra clássica segundo a qual a amizade entre os povos se fortalece e não na prática do livre comércio e não na retórica dos palanques.

Em nome de supostas afinidades ideológicas, Chávez se julga no direito de apoiar publicamen-

te o candidato Ollanta Humala nas eleições do Peru, provocando atritos com um parceiro da Comunidade Andina de Nações.

Com belicosidade que faz lembrar a guerra das Malvinas, os presidentes Néstor Kirchner, da Argentina, e Tabaré Vázquez, do Uruguai, ameaçam rachar o Mercosul com uma disputa encarniçada sobre a construção de fábricas de celulose na fronteira.

O exemplo mais gritante de desafinação, fruto talvez de ressentimentos crônicos somados à histeria das posições ideológicas radicais, é o do acesso de antibrasileirismo que acomete o presidente Evo Morales. O boliviano parece disposto a provocar um rompi-

mento com o Brasil, ainda que seu país pague caro pela insensatez. Ou pelo menos a ver até onde a corda estica e val a tolerância do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem teria afinidades políticas e pessoais. Nesse clima, os protestos de estima e consideração que pipocam por toda a América Latina soam mais como clarins de guerra do que como apelos à integração.

Poucas vezes  
houve tanto  
risco de  
cisões no  
Continente

TEMA EM DISCUSSÃO: *Segurança pública*

NOSSA OPINIÃO

## Além dos números

Desde que o Instituto Brasileiro de Pesquisa Social anunciou os resultados do levantamento que fez no início de abril, segundo o qual 51% dos cariocas deixariam o Rio de Janeiro, se pudessem, por medo da violência, a metodologia empregada, e por conseguinte os dados que produziu, tem sido o tema de áspersos debates. Informações que se contradizem mutuamente ajudam a alimentar a controvérsia.

Uma pesquisa de âmbito nacional mostrou que o Rio não é a capital com maior número de homicídios, enquanto dados estaduais indicam queda de 0,9%, nos dois últimos anos, no número de assassinatos — o que por sua vez é atribuído pela inspetora Marina Maggessi à tática dos traficantes de ocultarem cadáveres, informação a que outros policiais acrescentam o fenômeno mais comum, hoje, da subnotificação: parentes de vítimas, por medo ou por não confiarem no resultado das investigações da polícia, estão preferindo se manter em silêncio. Provavelmente não se chegará jamais a uma con-

clusão final convincente.

Mas cabe perguntar de que serve provar que o número de vítimas da criminalidade no Rio está na realidade algumas frações de ponto percentual acima ou abaixo do que mostrou a última pesquisa, quando o clima de medo e insegurança é uma realidade auto-evidente, resultado de fatores como a topografia peculiar da cidade e a ineficiência do combate ao crime — que no entanto está longe de ser monopólio do Rio.

Alguns

avanços nas

estatísticas

da violência

são ilusórios

Em lugar de um grotesco campeonato do grau de insegurança das cidades, precisamos é de uma política de segurança articulada entre municípios e seus estados e entre os estados e a União —

mesmo porque nenhuma capital pode ser uma ilha de tranquilidade quando a origem principal dos crimes está no problema de âmbito nacional que é o tráfico de drogas. Não se deve menosprezar a importância das informações como base para ações do poder público, mas a interminável discussão sobre dados e percentuais só pode ajudar a adiar o momento em que adotaremos essa ação integrada.

OPINIÃO

## Crise de todos

Já se comparou com Bagdá e guerra civil. De fato, a sucessão de ataques de bandidos a policiais por todo São Paulo e a deflagração coordenada de rebeliões em presídios, estendidas a estados vizinhos, marcam uma escalada na ação do crime organizado para um estágio nunca visto. O assassinato indiscriminado de policiais, o ataque a delegacias e a um fórum judicial, a queima de ônibus na Grande São Paulo e atentados contra agências bancárias, como os verificados na noite de domingo e madrugada de segunda, têm características típicas de ações terroristas destinadas a causar pânico na população e amedrontar as autoridades. Nem bairros nobres como Higienópolis, na capital paulista, estiveram a salvo de ataques. Até um saguão do aeroporto de Congonhas teve de ser isolado por causa de ameaças de bomba. Os bandidos conseguiram: São Paulo viveu ontem um dia de pânico.

O resultado dessa onda de violência, deflagrada por uma organização de bandidos a partir da noite de sexta-feira, reflete a mudança de escala do problema da segurança: até o fim da tarde de ontem, haviam sido 180 ataques e o número de mortos chegava a 81, a maioria de policiais. Na nova fase da operação terrorista, a queima de ônibus, tinham sido destruídos mais de 50 coletivos. Pouco mais cedo, ainda

com Brasília no combate ao crime por causa dos projetos político-eleitorais do grupo que controla o Palácio Guanabara. A vítima desse tipo de reação a fatos graves como os em curso em São Paulo é, como sempre, a população.

Os executivos federal, estaduais e municipais devem entender a crise vivida por São Paulo como um alerta para o efetivo entendimento entre Brasília, os grandes estados e os municípios mais populosos para a execução de um programa compartilhado de segurança pública.

Na campanha eleitoral de 2002, o PT apresentou uma proposta de política de segurança com essa característica, aplaudida por todos. Vitorioso o partido nas urnas, pensava-se que enfim o Estado brasileiro recuperaria o tempo perdido na luta contra uma criminalidade cada vez mais articulada dentro e fora do país. Engano. Além das conhecidas resistências de alguns governadores, o próprio Palácio do Planalto, num maquiavelismo de quinta categoria, achou por bem se manter distante do tema para preservar o presidente dos incontáveis dissabores que a área de segurança faz cair sobre os administradores públicos. Mas se eles não forem enfrentados, a situação só se agravará. E sem a coordenação ativa do governo federal, o poder público como um todo não conseguirá conter o avanço desse banditismo transfronteiras.